



NOVA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO PARA O ESTUDO HISTÓRICO DO LAZER NO BRASIL

Cleber Dias¹

RESUMO

O propósito deste trabalho é apresentar o projeto que estou desenvolvendo como tese de doutoramento. Aqui, a idéia foi descrever parte das motivações e circunstâncias para a sua elaboração. Em segundo lugar, tentei contextualizá-lo diante de certas proposições teóricas mais gerais dos estudos do lazer, nomeadamente aquelas teorias que enfatizam a relação deste fenômeno com a modernidade, cujas implicações resultam, entre outras coisas, na adoção de uma periodização mais contemporânea para o seu estudo histórico. Por último, em contraste a este quadro, tentei sugerir uma nova periodização, que ampliasse o horizonte cronológico possível para pesquisas históricas sobre o lazer.

Palavras-Chave: História; Lazer; Modernidade.

Introdução

Em muitas discussões no âmbito dos estudos do lazer, a relação entre a emergência deste fenômeno e a modernidade tem sido um dos motes privilegiados, sobretudo quando se trata de reflexões de caráter histórico. Da minha parte, especificamente, desde que comecei a estudar os esportes na natureza, essa relação sempre esteve fortemente pronunciada. Existe entre boa parte dos estudos dedicados ao lazer e aos esportes praticados em ambientes naturais uma forte marcação teórica no sentido de destacar suas relações com a modernidade, de modo geral. Tal marcação, no entanto, seguia em direção oposta a que eu mesmo me encaminhava. O entendimento mais ou menos majoritário, nesses casos, sublinhava que a explicação “sociológica” do lazer e dos esportes na natureza deveria se encaminhar a partir de sua contextualização em um quadro social mais geral, que muitos identificavam então como “pós-modernidade”. Mais que isso ainda, nessas interpretações, a caracterização desses traços seria informada, tacitamente, por um determinado conjunto de proposições teóricas: nomeadamente aquelas que entendiam a pós-modernidade como uma ruptura dramática e radical com quase todos os preceitos inaugurados pelos modos de vida da modernidade. São abordagens que falam de uma tendência contemporânea à re-valorizar alguns aspectos que o paradigma epistemológico da modernidade teria tentado, supostamente, diluir. Assim, “pulsões vulcânicas e animalescas”, ou simplesmente a marcante centralidade da busca por prazeres no mundo contemporâneo seriam alguns dos indicadores dessa “selvagerização da vida”. Nas palavras do sociólogo francês Michel Maffesoli (2004), um dos intérpretes mais proeminentes dessa perspectiva: “O bárbaro injeta um sangue novo num corpo social lânguido e excessivamente amolecido pelo bem estar e a segurança programados do alto” (p. 22).

¹ Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, doutorando em Educação Física. E-mail: cag.dias@bol.com.br



Além da entusiasmada celebração desse estado de coisas, tratam-se de concepções que criam um rígido dualismo entre modernidade e pós-modernidade. De um lado, a idéia de que práticas modernas são (ou eram) orientadas por impulsos de controle, ordenação e classificação, responsáveis, em última instância, por uma vida moralizante, asséptica e tediosa. “Em breve, quando não houver fome, vai se morrer de tédio ou de desespero” (MAFFESOLI, 2001, p. 21). De outro lado, práticas pós-modernas; lugar da liberação, da pulverização do domínio racional e da construção de um *ethos* marcado pela espontaneidade, alegria e felicidade.

De certa forma, tudo isso tem sido transferido aos estudos do lazer e dos esportes na natureza. No meu ponto de vista, o resultado da inclinação em adotar essas abordagens tem conduzido a análises caricaturais. Jean-Pierre Augustin, por exemplo, citado por Gilmar Mascarenhas (2003), comenta da seguinte maneira o modo de organização desses esportes. Segundo ele:

Redes sociais que se articulam livremente [...] que compartilham interesses e valores em torno das chamadas “aventuras ecológicas” e que não se submetem a regras estabelecidas por organizações que pudessem regularizar a atividade [...] estamos, portanto, diante de um fenômeno que tem escapado completamente ao controle (p. 92).

Nota-se aí o destaque a articulação livre de redes de convivência, a não submissão as regras, a ausência de regularizações, enfim, a convicção que nessas atividades há uma completa fuga do controle e da normatização. Não será meu interesse nesse trabalho discutir a pertinência de tais descrições. Ao invés disso, gostaria apenas de salientar a precariedade da conexão estabelecida entre lazeres na natureza e pós-modernidade. Primeiro porque estabelecer equivalências entre práticas sociais e determinados aspectos mais gerais da vida social não chega a ser novidade atualmente. Ao contrário, parece óbvio que a forma de se organizar o lazer e de se praticar certos esportes atualmente terá uma infinidade de relações com a própria contemporaneidade em seu conjunto. Daí é óbvio dizer também que esportes desenvolvidos numa ambiência social pós-moderna terão, por consequência, características pós-modernas. A questão é que as características principais atribuídas a esse quadro social não têm sido verificadas, isto é, não parece haver um esforço sistemático no sentido de demonstrar empiricamente porque e em que medida há rupturas e inovações nessas formas de se gozar o tempo livre. Não é outro o motivo para a vocação ensaística que se encontra entre tantos estudos dessa área; forçosas tentativas de enquadrar a realidade em modelos explicativos concebidos *a priori*.

Nesse contexto, estou desenvolvendo uma tese de doutorado com o objetivo de analisar historicamente a gênese dos hábitos de lazer na natureza no Brasil. Observá-los em outras circunstâncias históricas talvez seja uma maneira de perceber, por contraste, permanências e rupturas, reminiscências e descontinuidades. Assim, talvez pudéssemos avaliar melhor o quanto a contemporaneidade é de fato inovadora, ou, inversamente, o quanto ela representa a expressão de antigas tradições herdadas do passado, no que toca à configuração contemporânea do lazer.

I

Uma das principais hipóteses perseguidas por este projeto é o de que uma forma particular de conceber e se relacionar com a natureza esteve firmemente articulada com a



dinâmica mais geral de modernização. Idéias sobre a natureza ocuparam mesmo alguma centralidade na efetivação histórica dessa figuração social a que chamamos de moderna. Inversamente, tais concepções e modos de relacionamento com o mundo natural se deram de maneira privilegiada no espectro do tempo livre. Nesse sentido, uma forma peculiar de usufruir o lazer se apresenta então como um importante veículo para a efetiva realização dos ideais da modernidade. Dito de outro modo, o lazer na natureza pode, nesses termos, ser tomado como um dos vetores para a consumação de uma sociedade moderna.

Essa é uma proposição que se insere e se articula a uma forma de abordagem bastante corrente nos estudos sobre o lazer: aquela tradição interpretativa que vincula sua ocorrência histórica ao advento da própria modernidade. Em 1976, no momento de consolidação internacional de um campo acadêmico especializado em pesquisas sobre este fenômeno no marco das ciências sociais, Stanley Parker (1978) já fazia um diagnóstico nessa direção. Segundo ele, “a afirmação de que o lazer é essencialmente um produto da sociedade moderna tem sido apresentada por vários autores e pesquisadores” (p. 33).

De fato, percebe-se um entendimento geral bastante difundido que estabelece uma homologia estrutural entre lazer e modernidade. O desafio é o de sabermos em que sentido exatamente esta noção está sendo tomada entre esses “vários autores e pesquisadores”. De outra forma, deveríamos também nos indagar a respeito dos marcos definidores da sua formação no Brasil. Em que acepção estes conceitos vem sendo empregados nos estudos do lazer? A partir de que momento pode-se identificar o início desse processo histórico? Qual a natureza das suas articulações com o fenômeno lazer?

Em outra oportunidade, ensaiei uma síntese que tentava assinalar, basicamente, que as principais teorias do lazer tomam as primeiras ocorrências históricas deste fenômeno como resultado do advento de uma sociedade industrial (DIAS, 2009). A implicação dessa equação teórica para os estudos históricos do lazer é a forte tendência de situá-la cronologicamente a partir do quartel final do século XIX. Segundo argumenta-se, a justificativa para a concentração nesse período dá-se porque nessa época:

[...] o país vive as primeiras experiências da produção capitalista no modelo urbano e industrial, seus primeiros ensaios manufatureiros, a federalização do Estado, a modernização dos principais centros comerciais e portuários, a organização da sociedade em classes sociais e o fortalecimento do operariado como um movimento político e social (MARCASSA, 2002, p.11).

Em última instância, conclusões como essa concebem a modernidade de maneira excessivamente estreita e, portanto, restritiva. Para longe dessas concepções de modernidade, poderíamos mencionar indícios que evidenciam o surgimento de uma nova relação entre o tempo de trabalho e o de não-trabalho muito antes desse período, que geralmente é adotado para definir e caracterizar o lazer. Ou seja, antes mesmo do advento da indústria moderna, *strictu sensu*, já se tem notícia de uma relativa artificialização dos tempos de trabalho, que pouco a pouco foi se submetendo a uma marcação mecânica das durações. Segundo Jacques Le Goff (1979), que comentou as formas de divisão do tempo dos mercadores venezianos, os ritmos temporais sofreram grandes transformações sob a “crise geral do século XIV”. De acordo com suas análises, a definição dos modos de relacionamento com e no trabalho nesse período dava-se a partir de uma concepção de tempo que, em linhas gerais, fazia referencia aos ciclos naturais e era marcada pelo tempo religioso. Ao mesmo tempo, desde o fim do século XIII, no entanto, “este tempo de



trabalho é posto em causa e entra em crise [...] Conforme se dá com o resto, o tempo laboral transforma-se, define-se, torna-se mais eficaz, não sem dificuldade” (p. 63).

Em última análise, o que está em tela nessas considerações é a impossibilidade de definição unívoca das concepções de tempo para toda uma sociedade. Declaradamente inspiradas pelas reflexões de Maurice Halbwachs (2006), a idéia é a de que “cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo” (p. 130). Baseados nisso poderíamos nos perguntar sobre a real abrangência dos significados hegemonicamente imputados às noções de trabalho e lazer no mundo moderno. Inversamente, poderíamos indagar também sobre esses significados em sociedades pré-industriais, aprimorando historicamente o efetivo modo de constituição do lazer.

Mesmo em sociedades onde a indústria já existia de maneira bem demarcada, tais categorias não se efetivaram de maneira plena e absoluta. Havia, em muitos casos, tensões, questionamentos, resistências e acomodações. Sidney Chaloub (2001), por exemplo, observando mais de perto o cotidiano e as redes de sociabilidade de trabalhadores das camadas populares da *belle époque* carioca, conclui que “o ideal burguês de separação rígida entre trabalho e lazer não tinha significado algum: trabalho e diversão estão associados no cotidiano e não são regidos por horários fixos” (p. 146).

Para grupos como os dos carvoeiros, estivadores ou carroceiros, intervalos durante a jornada de trabalho eram bastante comuns. Pausas para tomar café e cachaça no botequim, ou mesmo para jogar à dinheiro, eram, enfim, constantes naqueles trabalhos que não se viam circunscritos a um espaço fechado e rigidamente disciplinado. Para eles, “a jornada de trabalho está intimamente ligada aos períodos de lazer no botequim” (ibid. p. 102).

De outro lado, trabalhos e trabalhadores em certos períodos do Brasil colonial, como o dos engenhos açucareiros do nordeste no século XVII, conheceram considerável especialização de funções. De acordo com Vera Ferlini (2003), que analisou essa forma de trabalho entre os idos de 1620 e 1650, “o engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, seqüência e disciplina” (p. 139).

Diferente do que pode parecer à primeira vista, por tratar-se de uma sociedade escravocrata, muito desse trabalho era realizado por mão de obra branca, livre e especializada. Eram assalariados que submetiam sua mão de obra a interesses do capital mercantil. Para esses trabalhadores, o ritmo de trabalho não era exatamente determinado pelo tempo da natureza ou pelo sabor das estações. De maneira semelhante, a pesca de baleia, a extração de madeira-de-lei ou o garimpo nas Minas Gerais seriam todos modos de produção e de trabalho que “anteciparam”, ao longo de quase todo o século XVIII, formas mais agudas de divisão do trabalho.

Todos esses exemplos, em suma, ilustram que existem modos dinâmicos de transitar entre o mundo do trabalho e do não-trabalho, tanto em sociedades modernas, tanto quanto em pré-modernas. Essa flexibilidade, mesmo que relativa e contingencial, contraria, ao menos em alguma medida, códigos de conduta e critérios de moralidade previstas a partir da lógica de alguns poucos grupos sociais, que idealizam essa rígida separação e cujos parâmetros de comportamento, afinal, não necessariamente correspondem aos da sociedade em sua totalidade. Com efeito, a rígida demarcação entre as esferas do lazer e do



trabalho é tão somente o resultado de uma arbitrária elaboração teórica, que carece de fundamento histórico.

II

Considerando-se a proposição de que o lazer é um fenômeno moderno, o estudo das suas origens no Brasil deveria considerar, por implicação lógica, a própria constituição de uma modernidade brasileira. Convencionalmente, os padrões de sociabilidade dessa configuração social específica costumam caracterizá-la em torno de três pilares fundamentais: diferenciação social, secularização (ou racionalização) e separação entre público e privado.

Os indícios mais remotos desses processos no Brasil datam, pelo menos, do século XVII. Todavia, é no transcorrer do século XVIII que a dinâmica vai ganhando um contorno mais claro. Em meados de 1750, na esteira de um amplo conjunto de reformas, a Coroa Portuguesa reorienta os modos de ocupação e exploração das suas colônias, entre as quais o Brasil. Criam-se novas vilas, povoações e freguesias; elegem-se juízes de fora, nomeiam-se ouvidores e empossam-se engenheiros, a fim de demarcar melhor as fronteiras. Certos ramos de atividades passaram a ser incentivados, como é o caso da agricultura, do comércio e dos negócios em geral.

Poucos anos depois, já na transição entre os séculos XVIII e XIX, as manifestações dessas lentas e gradativas mudanças podem ser notadas mais obviamente, sobretudo entre parte da elite. Estudantes egressos da recém reformada universidade de Coimbra, retornavam ao país imbuídos por uma ambiência intelectual secular, em conformidade com os ideais iluministas e formados numa tradição de pensamento racionalista, marcado por ideais de progresso e eficácia. Essa nova “elite ilustrada” vai se engajar na redefinição de técnicas de produção e na difusão de novos valores sociais, entre os quais o do trabalho em detrimento do ócio.

Costumeiras técnicas agrícolas ou de mineração colonial, por exemplo, passaram a ser alvos de críticas. Argumentava-se que um uso mais racional e com técnicas “mais modernas”, balizadas por conhecimentos científicos, seria um elemento político estratégico na manutenção da estabilidade do país. Assim, Jose Gregório de Moraes Navarro, em seu *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*, de 1799, militava a favor da conservação de matas e bosques para provimento de lenhas e madeiras. Na mesma direção, e mais ou menos na mesma época, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá criticava pescadores de baleias do litoral nordestino, que movidos por uma “crença ignorante”, matavam os filhotes acreditando que essa era a única maneira de se pescar a mãe (PÁDUA, 1999).

Também passaram a ser mais ou menos comuns a partir de então discursos condenando a vadiagem e exaltando o valor do trabalho. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, dizia na época que dois vícios dominavam o povo e eram responsáveis pela sua pobreza: a presunção e a preguiça. Marechal Arouche de Toledo Rendon, por seu turno, afirmava, no mesmo sentido, que “a vadiagem por si só é um crime público dos mais prejudiciais ao Estado” (apud. FLEXOR, 2007, p. 21)

Ainda como primeiros sintomas dessa brisa de modernidade, lembremos que essa época testemunhou também a aparição de conspirações e conjurações, como a



Inconfidência Mineira, desmantelada em 1789, que foi uma manifestação concreta de ideais iluministas e republicanos inspirados em idéias estrangeiras, sobretudo francesas e americanas.

Em 1808, com a chegada da família Real portuguesa ao Brasil, consolidam-se outros importantes traços simbólicos para a definição de um modo de vida moderno entre nós. Emerge uma economia de mercado, cristalizam-se regras político-administrativas mais impessoais e adota-se, progressivamente, o individualismo moral como código de valores dominante.

Na esteira desses acontecimentos, e em conformidade com eles, começam a aparecer também iniciativas para a regulamentação dos divertimentos, no que poderíamos chamar dos primeiros esforços para institucionalizar o lazer no Brasil, isto é, para a criação de espaços institucionais em que parte da população ocupasse seu tempo de livre de maneira estruturada e codificada.

Entre 1779 e 1783 foi executada a construção do Passeio Público do Rio de Janeiro (SEGAWA, 1996). A mando do vice-rei D. Luis de Vasconcelos e Souza, a construção pretendia difundir, através dessa forma particular de divertimento, códigos de comportamentos tidos como “mais civilizados”. De acordo com Anna Maria Monteiro de Carvalho (1999), toda a edificação foi fortemente influenciada pelo conceito iluminista de saúde pública, segundo o qual ar puro e luz deveriam ser oferecidos à população. Mais que isso:

O modelo escolhido foi um dos mais representativos do ideal de civilidade instituído nas modernas cidades européias da época: um monumental jardim público, como sinônimo de bom gosto, luxo e entretenimento – uma expressão da natureza dominada pela razão do homem –, ao qual se opunha um imponente chafariz para utilização popular (p. 15).

Em São Paulo, um Ofício Régio de 1798 ordenava a criação do primeiro passeio público daquela cidade, que seria inaugurado apenas em 1825 sob o nome de Horto Botânico da Luz (TURINO, 2005, p. 268). Nos anos que se seguiram, outras formas de intervenção continuaram, ampliando o espectro de ação no âmbito do lazer. Em 1801, o empresário Fernando José de Almeida, que chegou ao Brasil como cabeleireiro do vice-rei, recebeu incentivos da Coroa para a construção do Real Teatro de São João, no Rio de Janeiro, que viria a ser inaugurado apenas em outubro de 1813 (SOUZA, 2002). Entre as décadas de 20 e 30 daquele século um mercado de diversões já se anunciava na Corte, de maneira ora mais, ora menos acanhada.

Em 1821 era inaugurada a Casa de Ópera de São Paulo, “o primeiro espaço a possibilitar vida cultural mais regular” (TURINO, 2005, p. 245). Em 1839 a Câmara da cidade autorizava a abertura do primeiro salão de bilhar. No Rio de Janeiro, mais ou menos na mesma época, companhias e empresas teatrais já travavam ferrenha disputa pelo controle da exploração do seu mercado de entretenimentos (SOUZA, 2002). Daí em diante tudo ganharia vulto. Surgiriam cada vez mais bares, hotéis, restaurantes, bailes, cafés-concertos e, sintomaticamente, clubes recreativos, com o objetivo explícito de “organizar” os entretenimentos.

III



Esses são apenas alguns exemplos que servem para ilustrar a necessidade de se (re) definir com mais precisão em que medida exatamente o lazer é um fenômeno moderno; detalhando a partir de bases empíricas mais amplas o que se entende especificamente por modernidade.

Mais particularmente, o estudo da história do lazer na natureza ainda me parece um objeto privilegiado para essa ampliação do escopo de pesquisas. Antes de tudo porque o passeio público – lugar idealizado e destinado especificamente ao lazer na natureza – foi provavelmente o primeiro espaço com esses intuitos no Brasil. Depois porque, como disse, um imaginário ao redor da idéia de natureza foi fundamental para a constituição do modo de vida caro à modernidade. Não por acaso, uma nova compreensão sobre o sentido de ser moderno se manifestou no século XVIII justamente quando uma geração de escritores batizou seu momento histórico com um nome particular: *le romantisme* – movimento desde então fortemente associado à valorização da natureza.

A crença no aperfeiçoamento progressivo e infinito, interessado no futuro e não no passado, seria, doravante, o parâmetro com que se julgaria o presente, intensificando a consciência de se estar vivendo uma nova cultura, uma nova época. É nesse sentido que Marshal Berman (2007) se refere à Rousseau – precursor do romantismo – como uma voz moderna arquetípica. Segundo ele: “Rousseau é o primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão; e ele é a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto-especulação psicanalítica e à democracia participativa” (p. 26).

A partir daí o modo romântico de apreender a realidade introduz um novo elemento decisivo nas maneiras de se conceber o moderno. O novo sentimento diante da natureza, que se encanta com sua contemplação ou com a possibilidade da exaltação dos sentimentos resultantes do confronto com o desconhecido, com o distante, com o exótico, excêntrico e extravagante é que fornece um dos fundamentos sobre o qual se institui o que entenderemos por modernidade. É como diz François Furet (1999): “O homem romântico nasce e cresce ao mesmo tempo que a sociedade moderna” (p. 7). E a correspondência entre história e cenário campestre instituída pelo discurso romântico é a exata expressão daquela nova consciência de modernidade.

Referencias Bibliográficas

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- DIAS, Cleber. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. *Licere*, vol. 12, n. 3, set. 2009. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV12N03_ar1.pdf. Acesso em 15 set. 2009.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Preguiça colonial. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, n. 17, fev. 2007.
- FURET, François. Introdução. In: FURET, François (dir.) *O homem romântico*. Lisboa: Presença, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.



CONCOCE / CONDICE 2010

IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF

ISSN 2178-485X



MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. 2002. 204f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane e BRUHNS, Heloísa. (orgs.) *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MONTEIRO DE CARVALHO, Anna Maria. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naïf, 1999.

PÁDUA, José Augusto. “Aniquilando as naturais produções”: crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786 – 1810). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 3, 1999, p. 497 – 538.

PARKER, Robert. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SOUZA, Silvia de. *As noites do ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp / Cecult, 2002.

TURINO, Célio. *Na trilha de Macunaíma: ócio e trabalho na cidade*. São Paulo: SENAC SP / SESC SP, 2005.